

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 19ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário
2.2 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MANIFESTAÇÕES

5 – REQUERIMENTOS APROVADOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/7/2024

Presidência do Deputado João Vítor Xavier

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Atas (2) – Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Leninha – Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Carlos Henrique – Charles Santos – Coronel Sandro – Dr. Maurício – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Marli Ribeiro – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitorio Júnior – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado João Vítor Xavier) – Às 10h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte**Atas**

– O deputado Mauro Tramonte, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Questões de Ordem

O deputado Adriano Alvarenga – Peço o encerramento da reunião por não haver quórum suficiente para dar sequência aos trabalhos.

A deputada Beatriz Cerqueira – Verificação de quórum, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência determina seja feita chamada para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Mauro Tramonte) – (Faz a chamada).

O presidente – Responderam à chamada 19 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/6/2024**

Às 10h10min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Bim da Ambulância e Tito Torres (substituindo o deputado Adriano Alvarenga, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.220/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que a energia seja plenamente reestabelecida na cidade de Nova Resende, fazendo com que deixem de ocorrer as seguidas intermitências e desligamentos ocasionados pela má distribuição e manutenção da rede, o que tem ocasionado a perda de materiais, motores, equipamentos e colheita e prejuízos extremos aos produtores da região;

nº 9.221/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações substanciadas no contrato com a empreiteira responsável pela manutenção da rede de energia na cidade de Nova Resende, especificando-se a qualidade de serviço, eventuais descumprimentos por quantitativos de queda de energia, número de reclamações e porcentagem de solução, número de quedas de energia neste ano, detalhando o período e as razões para as quedas, e o que vem sendo feito para superar os problemas bem como eventuais penalidades que foram aplicadas sobre a empreiteira pelas seguidas quedas;

nº 9.447/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os procedimentos necessários para remover ou deslocar, sem custos para o município, o poste de sustentação de rede elétrica e iluminação pública localizado na Rua Serra Negra, nº 142, Bairro

Santo André, bem como sobre o seguinte: se o poste se encontra em área pública ou privada; se foi instalado de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Cemig e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; se a localização atual respeita as normas técnicas de distância mínima em relação às edificações residenciais; e se a quantidade de cabos e fiações nele instalada está em conformidade com as normas técnicas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2024.

Gil Pereira, presidente – Adriano Alvarenga – Bim da Ambulância.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/7/2024

Às 10h5min, comparecem à reunião a deputada Lud Falcão e os deputados Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Grego da Fundação. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.991/2024 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Doutor Wilson Batista); pela aprovação, no 1º turno, do Projetos de Lei nºs 3.559/2022 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Doutor Wilson Batista); 892/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Doutor Wilson Batista); e 1.865/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Wilson Batista). A presidência avoca a relatoria do Projeto de Lei nº 731/2023, no 1º turno, em virtude de redistribuição, e solicita o prazo regimental do relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Relatório de Evento Institucional nº 1/2024 (relator: deputado Doutor Wilson Batista), que recebeu parecer pela aprovação com as Sugestões de Desdobramentos nºs 1 a 13, 15 a 20, 22 a 32 e 34, na forma dos requerimentos e ofícios apresentados, e pelo não acolhimento das Sugestões de Desdobramento nºs 14, 21 e 33. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.146, 7.440, 7.462 e 7.455/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.691/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a ausência do medicamento Cumprimine nas unidades de saúde do Estado, especificando se houve problemas na produção, distribuição ou aquisição do medicamento; quantos pacientes que recebiam esse medicamento pelo Estado estão sendo afetados por sua falta; como está sendo gerenciada a situação para garantir o tratamento contínuo e adequado desses pacientes; como a Secretaria de Estado de Saúde está comunicando as atualizações sobre a situação do Cumprimine aos pacientes e profissionais de saúde afetados; e se existe um canal específico de informação e suporte para lidar com essas questões;

nº 9.692/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a falta do medicamento Cumprimine nas unidades de saúde do Estado, especificando-se se existem problemas na produção, distribuição ou aquisição do medicamento; qual o número de pacientes afetados pela falta desse medicamento; se há gerenciamento da situação para garantir o tratamento contínuo e adequado desses pacientes; se existe plano de ação específico para restabelecer o fornecimento regular do medicamento; se há previsão para a regularização do abastecimento nas unidades de saúde e

prazo estimado para que os pacientes voltem a ter acesso ao medicamento de forma consistente; qual forma de comunicação sobre a situação do Cumprimine pela Secretaria de Estado de Saúde aos pacientes e profissionais de saúde afetados; e se existe canal específico de informação e suporte para lidar com essas questões;

nº 9.761/2024, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de apoio à tramitação e à aprovação do Projeto de Lei nº 2.687/2022, que classifica o diabetes mellitus tipo 1 como deficiência para todos os efeitos legais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2024.

Arlen Santiago, presidente – Dr. Maurício – Rodrigo Lopes.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/7/2024

Às 15h15min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Professor Cleiton (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Nayara Rocha, Beatriz Cerqueira, Chiara Biondini e Amanda Teixeira Dias e os deputados Roberto Andrade e Rodrigo Lopes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.052/2023, no 1º turno (deputado Eduardo Azevedo), 1.547/2020, no 1º turno, e 3.344/2021, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.139/2024 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Sargento Rodrigues). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente – Coronel Sandro – Eduardo Azevedo.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/7/2024

Às 10h14min, comparece à reunião o deputado Leleco Pimentel (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a saída do deputado Leleco Pimentel e a presença da deputada Bella Gonçalves. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os direitos e a cidadania LGBT, bem como a preparação da Parada do Orgulho LGBT em Belo Horizonte e nos demais municípios do Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Eduarda Souza Zanbini, encaminhando denúncia contra agentes penitenciários do Município de Carlos Chagas, tendo em vista a ocorrência de negativa de atendimento médico a um interno. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença de Hedy Lempp, coordenadora do Eixo de Direitos Humanos e Políticas Públicas do Coletivo Mães pela Liberdade MG; Soraya Andrea Menezes, integrante do Coletivo Brejo das Sapas; Jozeli

Rosa de Souza, integrante do Coletivo Brejo das Sapas e articuladora política do Movimento LGBTQIA+ e presidenta do Psol-BH; Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia, vice-presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB-MG; Renato Silva Ribeiro, presidente da Parada do Orgulho LGBTQ+ de Uberlândia e presidente do Coletivo de Paradas do Triângulo Mineiro; Suellen Ananda Fraga, presidente do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região; Allender Barreto Lima da Silva, promotor de justiça na Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação; Vanessa Alecrim, integrante do Coletivo LGBT em Santa Luzia; Thiago Santos Lima, coordenador estadual da Rede Afro LGBT; Maicon Filipe Silveira Chaves, presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – Cellos – e secretário de Relações Internacionais da ABGLT; Gab Almeida Moreira Lamounier, integrante do Centro de Convivência LGBTQIA+ aKasulo; Michel Bruce Cerqueira Fonseca, presidente do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Juiz de Fora; Alê Gonçalves, coordenadora e fundadora da Associação Neves da Diversidade; Ralphe Novaes Teixeira Pinto Seraphim, fundador do Movimento LGBT de Esmeraldas; Vladimir de Souza Rodrigues, defensor público; e Moara Correa Saboia, vereadora da Câmara Municipal de Contagem. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2024.

Betão, presidente.

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/7/2024

Às 14h15min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Coronel Sandro e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A reunião é suspensa por prazo indeterminado e encerrada pelo decurso do prazo regimental.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/7/2024

Às 13h50min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Dr. Maurício (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BMF) e Rodrigo Lopes (substituindo a deputada Lud Falcão, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Alexandre de Souza Melo, do Município de Ipatinga, solicitando aprovação de recursos para a construção da UPA 24 horas na Avenida Cláudio Moura, no Bairro Novo Cruzeiro, e a implementação de projeto de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto na região do Vale do Aço; e João Teixeira, do Município de Belo Horizonte, solicitando atenção para melhoria do Ipsemg e do SUS-MG. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.109 e

1.881/2023 e 2.013 e 2.176/2024, todos no 1º turno, e 2.276/2024, em turno único (deputado Arlen Santiago), 2.250/2024, no 1º turno (deputado Doutor Paulo), 2.201/2024, no 1º turno (deputado Doutor Wilson Batista), 4.264/2017 e 735/2023, ambos em turno único (deputado Lucas Lasmar), 792/2023, no 2º turno, e 3.597/2022 e 1.888/2023, ambos no 1º turno (deputada Lud Falcão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 125/2023 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Arlen Santiago) e 1.506/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Arlen Santiago, em virtude de redistribuição). É convertido em diligência, a requerimento do relator, deputado Arlen Santiago, o Projeto de Lei nº 731/2023, no 1º turno, ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Saúde. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.618 a 7.622/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.691, 9.692 e 9.761/2024. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.901/2024, da deputada Amanda Teixeira Dias, em que requer seja realizada visita ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, no Município de Belo Horizonte, para conhecer a estrutura e o modelo de gestão SSA, que foi implementado para gerir o hospital;

nº 9.932/2024, do deputado Enes Cândido, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, ao Complexo de Saúde São João de Deus, em Divinópolis, ao Instituto Mário Penna, em Belo Horizonte, à Fundação Cristiano Varella, em Muriaé, à Santa Casa de Alfenas, à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e à Santa Casa de Misericórdia de Passos pedido de providências com vistas a que essas entidades contribuam com as seguintes consultas públicas, que estão sendo realizadas pela Comissão Nacional de Incorporações de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – Conitec –, abertas de 15 de julho a 5 de agosto de 2024: Consulta Pública Conitec/Sectics nº 43/2024 – Pertuzumabe e trastuzumabe, em dose fixa subcutânea, para o tratamento metastático de pacientes com câncer de mama HER2-positivo em primeira linha, com acesso por meio do [link](https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-conitec-sectics-n-43-2024-pertuzumabe) <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-conitec-sectics-n-43-2024-pertuzumabe>; Consulta Pública Conitec/Sectics nº 48/2024 – Pertuzumabe e trastuzumabe, em combinação de dose fixa subcutânea para tratamento neoadjuvante de pacientes com câncer de mama HER2-positivo, com acesso por meio do [link](https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-conitec-sectics-n-48-2024-pertuzumabe-e-trastuzumabe) <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-conitec-sectics-n-48-2024-pertuzumabe-e-trastuzumabe>;

nº 9.988/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater projetos e ações sobre cidades saudáveis;

nº 9.989/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.328/2016, que tramita na Câmara dos Deputados e institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade, e propor possíveis alterações para que seja instituído o Estatuto das Pessoas com Obesidade no Estado;

nº 9.990/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para que sejam apresentados os resultados e encaminhamentos decorrentes das discussões promovidas no ciclo de debates Obesidade é Doença: o Desafio É de Todos, promovido por esta Casa;

nº 9.991/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei 33/2019, que institui a política estadual de prevenção e tratamento do sobrepeso e da obesidade;

nº 9.992/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a criação e a implementação da linha de cuidado do sobrepeso e da obesidade;

nº 9.996/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados e aos deputados federais Nikolas Ferreira, Duda Salabert, Reginaldo Lopes, Diego Andrade, Fred Costa, Zé Vitor, Misael Varella, Rafael Simões, Pinheirinho, Odair Cunha, Weliton Prado, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, Rodrigo de Castro, Emidinho Madeira, Greyce Elias, Luís Tibé, Paulo Abi-Ackel, Newton Cardoso Jr., Euclides Pettersen, Célia Xakriabá, Bruno Farias, Stefano Aguiar, Dimas Fabiano, Domingos Sávio, Pedro Aihara, Patrus Ananias, Zé Silva, Dandara, Padre João, Aécio Neves, Dr. Frederico, Miguel Ângelo, Maurício do Vôlei, Delegado Marcelo Freitas, Leonardo Monteiro, Ana Paula Junqueira Leão, Eros Biondini, Igor Timo, Ana Pimentel, Dr. Mário Heringer, Lafayette Andrada, Luiz Fernando, Nely Aquino, Samuel Viana, Junio Amaral, Delegada Ione Barbosa, Lincoln Portela, Rosângela Reis e Marcelo Álvaro Antônio pedido de providências para que seja agilizada a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 679/2019, que susta os efeitos da Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos), no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

nº 9.998/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde, ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde e à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, em Brasília (DF), pedido de providências para que o Hospital Mário Pena se torne 100% SUS, conforme consta no Processo SEI nº 25000.088243/2024-78.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2024.

Arlen Santiago, presidente – Dr. Maurício – Rodrigo Lopes.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/7/2024

Às 14h6min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Dr. Maurício (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BMF) e Rodrigo Lopes (substituindo a deputada Lud Falcão, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Ione Pinheiro e o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a realização dos exames de mamografia no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 125, 731 e 1.506/2023 são retirados da pauta por terem sido apreciados em reunião anterior. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 7.618 a 7.622/2024 são retirados da pauta por terem sido apreciados em reunião anterior. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.901, 9.932, 9.988 a 9.992, 9.996 e 9.998/2024. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Retiram-se os deputados Roberto Andrade e Rodrigo Lopes. A presidência registra a presença das Sras. Dulce Pimenta Gonçalves, secretária municipal de Saúde de Montes Claros; Sheila Salvino, secretária municipal de Saúde de Divinópolis; e Camila Moreira de Castro, subsecretária de Redes de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; e os Srs. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde; Luciano Moreira de Oliveira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO-Saúde; Clécio Ênio Murta de Lucena, diretor de Defesa do Exercício Profissional para Assuntos de Remuneração da Associação Médica de Minas Gerais, representando o presidente dessa associação; Edivaldo Farias da Silva Filho, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG; Samuel

Pires de Moraes Teixeira, conselheiro do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais – CRM-MG –, representando o presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG; e Leandro Amaral Andrade, secretário municipal de Saúde de Governador Valadares. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2024.

Arlen Santiago, presidente – Dr. Maurício – Nayara Rocha.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 18/7/2024, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E
GASTRONOMIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS
DO DIA 18/7/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÃO**

– Foi recebido, na 34ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 17/7/2024, o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 7.817/2024

Do deputado Tadeu Martins Leite e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. João Candido Portinari, professor e escritor brasileiro, pelos relevantes serviços prestados à cultura brasileira. (– Publicado, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753, de 2020)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Clínica Odontológica Oraldents pelos cinco anos de existência, contribuindo com a promoção da saúde e com a geração de emprego e renda no Município de João Monlevade (Requerimento nº 7.303/2024, da deputada Ana Paula Siqueira);

de apoio à vereadora Karla Araújo, que foi alvo de atos de desrespeito e tentativas de silenciamento durante reunião da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, em 4/6/2024 (Requerimento nº 7.616/2024, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com o Grupamento de Proteção à Mulher Guardiã Maria da Penha, da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte – GCMBH – pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo compromisso com a proteção e a segurança das mulheres em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.617/2024, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com a economista Suzanne Bouchardet pelos relevantes serviços prestados a esta Casa durante 21 anos, especialmente à frente da Gerência de Finanças e Orçamento, exercendo seu ofício com competência, compromisso, eficiência e cortesia (Requerimento nº 7.652/2024, da Comissão de Fiscalização Financeira e de membros das demais comissões permanentes designados nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno).

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 6.886/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Bella Gonçalves aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 8/5/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno,

seja encaminhado à Secretaria Municipal de Betim e à Copasa pedido de providências para a garantia da qualidade da água ofertada no Município de Betim, considerando a relação desse bem essencial com a saúde da população do município.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 29/4/2024, que teve por finalidade debater impactos da precarização do serviço de saúde pública e violações dos direitos básicos, por meio da compreensão da saúde como instrumento de dignidade humana e transformação social.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2024.

Andréia de Jesus (PT), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

REQUERIMENTO Nº 7.611/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento da deputada Nayara Rocha aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 3/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja realizada a construção de uma unidade de pronto atendimento – UPA – na região do Morro Alto, em Vespasiano.

Sala das Reuniões, 3 de julho de 2024.

Arlen Santiago (Avante), presidente da Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 7.612/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 3/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja criado um grupo de trabalho para avaliar a pertinência da construção e regulamentação de uma política estadual de atenção integral à saúde das populações atingidas por barragens, que seja composto por gestores de saúde estadual e municipais, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, especialistas em saúde coletiva, Fiocruz, Hospital das Clínicas e Conselho Regional de Medicina, bem como profissionais de saúde de diversas áreas e representantes das pessoas atingidas.

Sala das Reuniões, 3 de julho de 2024.

Arlen Santiago (Avante), presidente da Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 7.613/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Federação Aquática Mineira – FAM –, em Belo Horizonte, pedido de providências para criação de um órgão ou canal de denúncias destinado a acolher e tratar casos de assédio moral, sexual ou abuso sexual praticados contra os atletas dos esportes aquáticos de Minas Gerais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 4/6/2024, que teve por finalidade debater as medidas de combate ao assédio e abuso a mulheres atletas no desporto, bem como denúncias recebidas por esta comissão relacionadas a assédios sofridos por atleta da modalidade natação, no Minas Tênis Clube.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.614/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente do Comitê Olímpico do Brasil – COB – no Rio de Janeiro pedido de informações sobre os resultados alcançados decorrentes da implementação do curso de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Abuso no Esporte, oferecido por esse comitê aos professores, técnicos e representantes de Confederações e colaboradores do esporte, especificando-se: o público-alvo da ação formativa; quais categorias são submetidas de maneira obrigatória ao curso, se há monitoramento posterior à formação do público-alvo ou dados sobre o impacto da atividade formativa na área esportiva.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 4/6/2024, que teve por finalidade debater as medidas de combate ao assédio e abuso a mulheres atletas no desporto, bem como denúncias recebidas por esta comissão relacionadas a assédios sofridos por atleta da modalidade natação, no Minas Tênis Clube.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.615/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para realizar um rigoroso monitoramento e fiscalização da implementação de recursos disponibilizados pela Sedese para o fomento, criação e manutenção de conselhos municipais de esportes e realização de programas e projetos esportivos, visando o combate a casos de assédio moral, sexual ou abuso sexual praticados no ambiente esportivo.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 4/6/2024, que teve por finalidade debater as medidas de combate ao assédio e abuso a mulheres atletas no desporto, bem como denúncias recebidas por esta comissão relacionadas a assédios sofridos por atleta da modalidade natação, no Minas Tênis Clube.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.623/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a designação de mais uma delegada de polícia para a Casa da Mulher Mineira, considerando o expressivo aumento do volume de trabalho na unidade desde a sua criação e as dificuldades para o acolhimento e encaminhamento das demandas com a devida celeridade por apenas uma delegada, a despeito de seu compromisso e empenho.

Por oportuno, informo que o presente requerimento é decorrente da Visita Técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada à PCMG, no dia 23/5/2024, a qual teve por finalidade conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.624/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Diamantina continue funcionando no imóvel localizado à Rua Barão de Rio Branco, número 56, Largo Dom João, considerando sua melhor localização em comparação ao imóvel que anteriormente sediava a unidade e para que perdure o ambiente adequado e salubre, fundamentais para o acolhimento com dignidade das mulheres vítimas de violência e para o bom desempenho das atribuições de responsabilidade dos servidores da delegacia.

Por oportuno, informo que o presente requerimento é decorrente da Visita Técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada à PCMG, no dia 23/5/2024, a qual teve por finalidade conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.625/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a criação, com a devida urgência, da Coordenadoria Estadual das Mulheres no âmbito da PCMG, para articular, fortalecer, planejar e executar as ações institucionais que envolvam o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, seja pelas delegacias especializadas nessa temática, onde existirem, seja por todas as demais unidades policiais que atendam mulheres vítimas de violência, considerando o compromisso firmado pela chefe da PCMG durante visita técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher à Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, em 23/5/2024, que teve por finalidade conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.626/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para o fortalecimento das ações institucionais de enfrentamento da violência contra a mulher, seja no tocante ao cuidado com os imóveis que sediam as delegacias especializadas de atendimento à mulher no Estado, a fim de que disponham de estrutura adequada e espaços para o acolhimento das mulheres em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei Maria da Penha, seja no que diz respeito à recomposição do quadro de servidores policiais e administrativos, considerando informações sobre a carência desses profissionais nas unidades policiais, a qual se acentua em virtude da concessão das justas férias regulamentares e licenças a que os servidores têm direito.

Por oportuno, informo que o presente requerimento é decorrente da Visita Técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada à PCMG, no dia 23/5/2024, a qual teve por finalidade conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.627/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para o reforço do quantitativo das equipes multidisciplinares (psicólogas, assistentes sociais, advogadas) em atuação nas delegacias especializadas de atendimento à mulher em todo o Estado, bem como para a designação de novos policiais civis visando à recomposição do quadro de pessoal dessas delegacias, considerando a autorização do governo do Estado para o provimento de 255 cargos policiais na instituição por meio de concurso público.

Por oportuno, informo que o presente requerimento é decorrente da Visita Técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada à PCMG, no dia 23/5/2024, a qual teve por finalidade conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.628/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a manutenção da sede do Plantão da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher na Avenida Barbacena, em Belo Horizonte, próximo à Casa da Mulher Mineira, considerando notícia sobre possível processo de locação de imóvel para o acolhimento de todas as unidades do

Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família, o que colocaria ainda mais obstáculos na já crítica rota percorrida por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em busca de proteção.

Por oportuno, informo que o presente requerimento é decorrente da Visita Técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada à PCMG, no dia 23/5/2024, a qual teve por finalidade conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 7.629/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Lohanna aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 9/7/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas à abertura de unidades da Casa da Mulher Mineira nos municípios no interior do Estado, considerando o êxito dessa experiência na capital, onde é ofertada uma série de serviços à mulher vítima de violência, a exemplo da solicitação de medidas protetivas de urgência, guia para a realização do exame de corpo de delito, registro da representação criminal, bem como encaminhamento para abrigos, atendimento psicológico, orientação jurídica e acompanhamento para a retirada de objetos pessoais de casa da vítima.

Por oportuno, informo que o presente requerimento é decorrente da Visita Técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada à PCMG, no dia 23/5/2024, a qual teve por finalidade conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 2024.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/7/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Romulo de Tassis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Luíza Lima Ferraz, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas.

Nos termos do art. 13 da Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.802, de 2022, e do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, resolve designar, no período de 22 de julho a 2 de agosto de 2024, os servidores Luís Antônio Prazeres Lopes, Matrícula nº 5.762/2, e Maurício da Cunha Peixoto, Matrícula nº 5.764/9, respectivamente como membros titular e suplente da Comissão de

Contratação, para substituírem os servidores Bruno de Almeida Oliveira, Matrícula nº 17450/5, e Alessandra Strambi de Almeida Mitre, Matrícula nº 17704/0, durante o período mencionado.

CRENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Radiscan Radiologia Odontológica e Digitalizada Ltda. para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

TERMO DE CONTRATO Nº 30/2024

Número no Siad: 9429782

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecno Temp Comércio, Instalação e Manutenção Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de sistema de climatização tipo VRF. Vigência: 12 meses contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP –, conforme a cláusula 8. Licitação: Pregão Eletrônico nº 4/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 51/2024

Número no Siad: 9276489-14

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. Objeto do contrato: contratação de empresa especializada em prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da ALMG. Objeto do aditamento: revisão do preço em função das alterações descritas nas cláusulas 1 a 9 deste termo. Vigência: a partir da data da assinatura, com indenização do período anterior. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001 3.3.90 (10.1).